

**INFLUÊNCIA DE ÓRGÃOS INTERNACIONAIS
NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL BRASILEIRA**

M. S. Ferreira

Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – Campus Nova Iguaçu

cceccella@hotmail.com.br

10.15628/rbept.2017.5595

Artigo submetido em fev/2017 e aceito em out/2017

RESUMO

O objetivo do presente artigo é fazer uma reflexão teórica sobre a interferência de órgãos internacionais, na política de educação profissional brasileira, assim como suas consequências. Como base para esse estudo, diversos autores são usados, principalmente do campo da Educação. A partir da análise dessas publicações, é construído um ensaio que evidencia que a educação profissional sofreu e ainda mantém a influência de instituições internacionais, que em sua maioria é bancos, que estimulam mudanças nos projetos educacionais a partir de demandas do mercado. A finalidade dessas intervenções, na política educacional nacional, é a produção de trabalhadores aptos a manutenção de uma economia voltada para o acúmulo de capital, criando com isso um obstáculo para que a educação profissional seja a base para uma formação humana integral.

Palavras-Chaves: Política educacional, Organismos Internacionais, Educação profissional.

ABSTRACT

The objective of this article is to make a theoretical reflection on the interference of international bodies in Brazilian professional education policy, as well as its consequences. As a basis for this study, several authors are used, mainly in the field of Education. From the analysis of these publications, an essay is constructed that shows that professional education has suffered and still keeps the influence of international institutions, which are mostly banks, which stimulates changes in educational projects based on market demands. The purpose of these interventions in national educational policy is the production of workers capable of maintaining an economy focused on the accumulation of capital, thereby creating an obstacle to professional education as the basis for integral human.

KEYWORDS: Educational politics, International Organizations, Professional education.

INTRODUÇÃO

As políticas públicas voltadas para a educação profissional brasileira há tempos vem sendo influenciadas por órgãos internacionais que ao prescrever algumas mudanças no modo de profissionalizar as pessoas, mostram o poder neoliberalizante em suas ações. Instituições como Banco Interamericano de desenvolvimento (BID), Banco Internacional para reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Banco Mundial, Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), entre outras, já exibem em seus nomes a finalidade das intervenções educacionais, pois ao serem órgãos que objetivam a economia, suas propostas ambicionam o acúmulo de capital pelo empresariado e o favorecimento primordialmente dos países de economia central em detrimento das nações periféricas.

As recomendações propostas por essas instituições de modo geral apresentam um ponto em comum, que é a reestruturação da educação profissional em prol do aumento da qualificação profissional, e com isso promover o desenvolvimento econômico e social do país. Segundo Azevedo; Shiroma; Coan (2012, p.30) “num primeiro plano o ajuste da educação as demandas do capitalismo contemporâneo estão camufladas de atendimento as questões sociais.” A responsabilização da educação pelo atraso sócio econômico de um país, é a justificativa incorporada por esses órgãos para submeter à educação a uma nova lógica do processo produtivo, incorporado de um padrão de flexibilização do trabalho, esse sim, gerador de grandes desigualdades entre as pessoas.

Para que o ensino profissional sofra mudanças e alcance os objetivos pautados na lógica do capitalismo, setores da sociedade devem estar em consonância com a política educacional dos órgãos internacionais. O empresariado, grande beneficiário dessas reformas educacionais, são apoiadores dessas conjecturas de tal forma que facilitam a implantação de políticas que estejam de acordo e baseadas na necessidade do mercado econômico. O foco deixa de considerar a educação como base para formação humana e passa a condicioná-la a um tipo determinado de qualificação profissional.

Essa relação entre órgãos internacionais e a elite nacional, representada pelo grande empresariado, domina as definições dos projetos educacionais, diminuindo a permeabilidade e a ação da sociedade civil. A classe trabalhadora, grande interessada, tem seu papel como interventor diminuído conforme a intervenção internacional aumenta. O que prejudica o desenvolvimento de uma educação profissional realmente nacionalista.

Inúmeras alterações são reiteradas a cada nova publicação dessas instituições. Algumas dessas serão exploradas no decorrer dessa reflexão teórica, como as reformulações curriculares e dos modelos educacionais, que tornam a formação profissional sujeita em grande parte as necessidades do mercado e algumas formas de privatização da educação, associadas à destituição de parte do poder e da responsabilidade do Estado sobre as decisões acerca das políticas e modelos educacionais a serem desenvolvidos.

MUDANÇAS CURRICULARES E NOS MODELOS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Uma das mudanças programáticas, de alguns órgãos internacionais representantes do grande capital, são as alterações nos currículos formativos. No entanto, se faz necessário entender um pouco mais sobre os contextos que levam essas instituições a formularem certas propostas para a educação profissional.

Faz parte desse contexto a expansão do Capitalismo que induz a descentralização do processo de produção, que segundo Oliveira (2002) cria a impossibilidade de competir com as indústrias globais e leva as nações periféricas a serem, cada vez mais, posta como um grande depósito de mão de obra barata sujeita a toda forma de precarização e de desregulamentação. Como consequência dessa competição desigual, a criação de emprego passa a estar relacionada aos setores primários e secundários. Setores esses que não exigem maior desenvolvimento técnico e científico do país. Para ocupar esses postos de trabalho a exigência de qualificação profissional é diminuída, enquanto nos países de economia central, local onde se concentra maior desenvolvimento tecnológico, ocorre aumento na empregabilidade.

Esse modo de produção gera uma subordinação dos países periféricos aos de economia central em relação às novas tecnologias, repercutindo na quantidade e qualidade dos empregos, como afirma Oliveira (2002, p. 265)

A economia brasileira, assim como outras periféricas, tende a implementar um modelo de desenvolvimento subordinado no que se refere a produção de ciência e tecnologia, o que provoca a não-criação de postos de trabalho em áreas estratégicas para a concepção de produtos competitivos no mercado global. Destarte, além de fatores ligados diretamente ao conflito capital e trabalho no plano imediato da produção, a própria divisão internacional do trabalho estabelece um processo de subordinação econômica e política aos países em menor grau de desenvolvimento que terá como implicação a diminuição de possibilidade de reversão do quadro de desemprego estrutural vigente.

Para que essas economias dominantes perpetuem a subordinação de países periféricos e continuem o processo de acumulação do capital, ações são instituídas para a manutenção desse panorama mundial. Compreende-se melhor essa afirmação após a leitura de Oliveira (2002, p.261)

Para o capital manter seu processo de reprodução e, ao mesmo tempo, assegurar sua hegemonia planetária torna-se necessário eleger, em nível global, sujeitos capazes de exercer o papel de organizadores intelectuais do grande capital. Ou seja, para os países mais pobres, agências multilaterais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, são representantes de ações de coação [...].

Uma forma de estabelecer a manutenção desse domínio por parte dos países de economia central é definir a formação profissional dos trabalhadores de países periféricos. De tal forma que esses constituam um tipo de profissional interessante à demanda do mercado dessas nações subordinadas as grandes potências. Profissionais estes que por sua baixa qualificação estejam condicionados ao mundo do trabalho precarizado e desregulamentado.

Segundo Frigotto; Ciavatta (2003, p.96) “Os protagonistas dessas reformas seriam os organismos internacionais e regionais vinculados aos mecanismos de mercado e representantes encarregados, em ultima instância, de garantir a rentabilidade do sistema capital, das grandes corporações [...]” Propor uma formação profissional onde o perfil do trabalhador seja baseado nas demandas de um mercado nacional, onde os setores primário e secundário de produção são os mais ativos, faz com que o desenvolvimento tecnológico do país fique atrasado e continue dependente das nações dominantes.

Para que as mudanças curriculares ocorram e propiciem a formação profissional demandada, por algumas agências internacionais, alguns elementos são postos para fundamentar tais mudanças, como: currículos atrasados e trabalhadores com baixa qualificação. A resolução viria então através das mudanças curriculares.

A organização do currículo em competências é difundida como a forma de aproximar a formação e o trabalho, tendo como responsável a escola. A entidade escolar, segundo Ramos (2010, p.58) “é forçada a abrir-se ao mundo econômico como meio de se redefinirem os conteúdos de ensino e atribuir sentido prático aos saberes escolares.” Com isso a formação profissional deixa de ter como guia o conhecimento generalista proporcionado pela escola e passa então ser guiada pelas necessidades práticas do cotidiano profissional. Passa a existir uma definição das competências a serem desenvolvidas para cada tipo de trabalhador e função. O foco dessa formação não é a formação integral de profissionais (conjunção entre teoria e prática), mas sim as demandas pontuais do processo produtivo, com isso, “trabalhadores qualificados que estão incluídos em determinados arranjos poderão não estar em outros.” (KUENZER, 2007, p. 1168)

A partir dessa pedagogia das competências, a formação integral, politécnica ou ominilateral fica prejudicada, pois ocorre uma exigência de que as

[...] noções associadas (saber, saber-fazer, objetivos) sejam acompanhadas de uma explicitação das atividades (ou tarefas) em que elas podem se materializar e se fazer compreender. Essa explicitação revela a impossibilidade de dar uma definição a tais noções separadamente das tarefas nas quais elas se materializaram. (RAMOS, 2010, p.59)

O interesse de órgãos internacionais por essa forma de qualificação é demonstrado através de programas de qualificação na área da saúde, como mostra artigo Ramos (2010, p.51)

As políticas de educação profissional técnica em saúde se alinharam as políticas educacionais do Ministério da Saúde do governo Fernando Henrique Cardoso, bem como as orientações do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), financiado do programa, em parceria com o governo brasileiro. A expressão mais significativa disto foi a adoção da pedagogia das competências, apropriada e difundida pelo Profae [...].

A implantação do Profae (Projeto de profissionalização dos trabalhadores da Enfermagem) promoveu melhoras na qualificação dos profissionais de Enfermagem que se encontravam em um déficit escolar, mesmo o programa não apresentando um currículo totalmente organizado a partir da realidade do SUS. Essa dificuldade se dá em parte pelas orientações impositivas de órgãos internacionais responsáveis pelo financiamento dessas políticas educacionais, gerando uma discussão menos aprofundada sobre as contradições da pedagogia das competências.

Além das mudanças curriculares, o ensino profissionalizante, de forma geral, tende a sofrer uma alteração importante no que tange ao modelo de curso oferecido. Segundo Oliveira (2001) a profissionalização deve ser rápida e permitindo com isso uma colocação no mercado de trabalho em breve tempo. Cursos longos que variam entre três e cinco anos ferem as propostas do Banco Mundial, que indica que esses cursos não devam estar associados à educação formal, justificado por uma economia de tempo e dinheiro, além de permitir direcionar a formação ao que o mercado de trabalho precisa no momento.

Uma exemplificação desse modelo de formação, recomendado por órgãos internacionais como o Banco Mundial, tem-se a criação em 2005 do Projovem2, que segundo Deluiz; Veloso (2012, p. 69) “visa à qualificação profissional, ao desenvolvimento humano e a inserção do mundo do trabalho, e está sob a responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e da Secretaria Nacional da Juventude.”.

O Projovem (Programa Nacional de inclusão de jovens) é instituído para ser uma política social orientada nos padrões dos organismos internacionais que segundo Deluiz; Veloso (2012, p.57) “[...] são focais e temporárias e tendem a perder seu caráter universal e a se tornar um mero paliativo reservado aos excluídos do mercado, estão direcionadas aos extremamente pobres [...]”.

Confirmando essa contradição entre o que Banco Mundial recomenda em relação à profissionalização e o que se instaura na prática dos cidadãos que são inseridos nessas políticas formativas está o resultado de uma pesquisa sobre o Projovem Trabalhador, que o caracteriza criticamente da seguinte forma:

[...] falta de articulação entre as ações de formação profissional e as da educação básica; a falta de um itinerário formativo; desenho de cursos de forma fragmentada, com carga horária mínima, tendo em vista as necessidades de formação; uma perspectiva de educação profissional orientada por uma racionalidade instrumental, que considera o processo formativo em uma dimensão restrita, operacional e a parceria/subcontratação entre ONGs, que dificultam o acompanhamento, o controle social e a responsabilização das ONGs por suas ações formativas. (DELUIZ; VELOSO, 2012, p.77)

A validade dessas políticas educacionais não parece estar em consonância com os resultados práticos alcançados pelas mesmas. A justificativa de aumento na empregabilidade não demonstra o real papel da implantação dessas políticas. Inúmeras facetas estão por detrás da simplificação da educação profissional, como: diminuição das responsabilidades governamentais e diminuição de gastos pelo empresariado e consequente aumento de lucros, principalmente com os movimentos de privatização.

PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Outra intervenção de órgãos internacionais são as proposições de modalidades de privatização da educação, que acabam por produzir como consequência a diminuição do controle e da responsabilidade do Estado sobre essa área social. Agências multilaterais como o Banco Mundial apresentam propostas que tornam a educação um negócio lucrativo ao mesmo tempo em que se destituem os direitos dos cidadãos.

Mesmo admitindo a importância da educação profissional, o Banco Mundial ressalta que só em situações nas quais os indivíduos não possam financiar o seu próprio treinamento, caberá ao Estado intervir, garantindo a formação dos mesmos. Outro caso no qual se admite a necessidade de intervenção do Estado refere-se às situações nas quais a própria iniciativa privada não tenha condições de atender às demandas existentes. Em sendo assim, o Estado deve colaborar com a iniciativa privada, garantindo as condições para que a mesma possa oferecer uma formação eficiente aos aprendizes. O terceiro caso no

qual justifica-se a intervenção do poder público ocorre da necessária garantia de uma nova formação aos trabalhadores desempregados, em virtude das mudanças ocorridas na economia. Nesse, é preciso que o Estado seja eficiente, para que aqueles trabalhadores possam encontrar um novo emprego. (OLIVEIRA, 2001, p. 25)

Neste caso, o Banco Mundial, entende que a educação é algo que traz vantagens exclusivamente individuais, portanto, deve ser financiada pelo educando. A noção de que a educação é um processo de formação humana e da própria sociedade não faz parte do ideário dessas políticas privatizadoras, que desorienta todo o sentido da educação.

Essas propostas ao incluírem na educação pública os mais pobres e desempregados excluem toda uma parcela da população que tem a educação como direito. Esse quantitativo de pessoas desfavorecidas que se favorecem da ajuda estatal terá uma qualificação com um itinerário formativo voltado para as demandas do mercado, ou seja, incompleta.

De forma crescente, as “parcerias” entre o setor público e o privado tornam-se uma maneira de manter a educação sob a égide do privatismo e em contrapartida desresponsabiliza o Estado em relação à organização da educação profissional. Esse acontecimento é discutido por Moura; Lima Filho; Silva (2015, p.1075) ao criticar a implantação do PRONATEC (Programa Nacional de acesso ao ensino técnico e emprego) associado ao sistema “S” (Entidades de direito privado de interesse de categorias profissionais, como exemplo o SENAI).

O Estado delega as entidades patronais a formação dos estudantes das redes públicas de ensino – e financia o processo -, concedendo-lhes o direito sobre a concepção de formação a ser materializada. Assim, também é a ideia central a submissão da formação humana a pedagogia das competências e as necessidades imediatas do mercado.

Várias justificativas são postas como forma de validar essa forma de privatização, sendo uma delas a necessidade da formação estar mais próxima do mercado de trabalho. O empresariado, representante desse mercantilismo, deve ocupar, neste contexto, o lugar de orientador das políticas educacionais profissionalizantes. A necessidade que o empresariado tem de tomar posse desse lugar é explicada ao se identificar os objetivos finais da mercantilização da educação, que segundo Lima (2012, p.499) é “reduzir os custos de formação profissional do capital com reforço no contingente de trabalhadores qualificados sem emprego, produzindo ao mesmo tempo inserção produtiva e pressão negativa sobre os salários.”

Para o alcance desses objetivos supracitados, novos movimentos são criados por meio da privatização da educação, que são descritos e criticados por Lima (2012, p. 499-500) e passam pelas seguintes tendências:

1. a fragmentação e a desarticulação curricular, que indicam a aceleração dos tempos formativos, fruto do pragmatismo e do utilitarismo pedagógico, que tende a implantar configurações curriculares que desprezam os vínculos epistêmicos existentes entre teoria e prática, entre formação geral e formação específica; e 2. as novas formas de esvaziamento da intervenção do Estado, que pseudocriam direitos validados pela via meritocrática sustentada pelo financiamento público de bolsas de estudos que reiteram as parcerias público-privadas.

Todo esse movimento privatista do ensino técnico profissional teve um alcance na área da saúde, nos primeiros dez anos dos anos 2000, o que pode ser demonstrado por meio do número de matrículas na esfera particular de estudantes de cursos técnicos na área da saúde, que em 2009 correspondia a aproximadamente 75% das matrículas. (VIEIRA et al, 2013)

Essa década apresenta-se emblemática no que tange a valorização do capital, o que ajuda a explicar essa porcentagem tão expressiva na formação na área da saúde. Alguns acontecimentos são considerados, na década em questão, como propulsores para essa privatização como: aumento nos postos de trabalho; deslocamentos de investimentos de instituições particulares para a educação e pelas políticas governamentais que incentivavam a privatização.

Apesar de ser uma formação técnica como as industriais, a área da saúde é um segmento que sofre de maneira ímpar com o afastamento do Estado na organização desses cursos técnicos e com a mercantilização da formação. A área da saúde demanda a formação de atores sociais capacitados para a implantação de políticas públicas de saúde conduzidas pela lógica do Sistema Único de Saúde. Todavia, uma formação profissional voltada para um mercado de trabalho orientado para o acúmulo de capital, não estimula a profissionalização de pessoas voltadas a exercer uma atividade que acarrete também ganhos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A necessidade imperiosa de instituições internacionais multilaterais de influenciarem a educação profissional em países periféricos como o Brasil, mostra a importância do trabalho na manutenção de uma economia capitalista. Mas esse tipo de trabalho em questão, em sua grande maioria, é desregulamentado, flexível e em certos casos indigno para a existência humana.

A proposta dos órgãos internacionais de qualificar cidadãos em capacitações curtas, fragmentadas e voltadas para a demanda de um mercado de trabalho específico, desencadeia trabalhadores preparados para atuarem em determinados campos de trabalho, no entanto, ao mudarem o campo de ação não possuem qualificação, o que os levam a se inserirem e aceitarem executar funções que são usadas pelo empresariado como forma de extração de mais valia.

A interferência desses órgãos nas políticas governamentais de educação profissional faz com que o mercado de trabalho seja o novo guia e o objetivo para a formação profissional. Enquanto isso, a formação humana fica esvaziada de sentido, pois o mais importante é atingir a meta estabelecida pelo capital, que pode ser resumida em um homem capaz de ser flexível às novas demandas do trabalho, independentemente se essas forem contrárias à boa manutenção de sua existência.

Ao repetir as falácias das agências internacionais que os currículos são ultrapassados e que os trabalhadores são mal qualificados, para justificarem as mudanças na educação profissional, o Poder Público mantém uma submissão aos países de economia central, representados por esses órgãos. As alterações propostas, além de não melhorar o nível educacional, não produzem melhora significativa na vida dos trabalhadores nem na realidade social da população.

Enquanto o modo de desenvolvimento econômico adotado pelos países periféricos tiver como base a submissão as grandes economias neoliberais e não ocorrer investimentos importantes na formação humana, problemas sociais como a miséria, desemprego, problemas sanitários, baixa escolaridade, entre outros, ocorreram e não serão abolidos por medidas educacionais impositivas e de baixa resolutividade.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, I. A; SHIROMA, E.O; COAN, M. As políticas públicas para a educação profissional e tecnológica: sucessivas reformas para atender a quem? Boletim Técnico do SENAC, Rio de Janeiro, v.38, n.2, pp. 27-40, mai./ago., 2012.

DELUIZ, Neise; VELOSO, Bianca. Políticas de educação profissional e enfrentamento da desigualdade: O ProJovem Trabalhador em foco. IN: MORAES, Lélia Cristina Silveira et alii (org.) ProJovem: Escola, trabalho e cidadania na contramão do discurso instituído? Curitiba: Champagnat, 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida a lógica do mercado. Educação e Sociedade, Campinas, v.24, n. 82, p. 93-130, abr. 2003.

KUENZER, Acácia. Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. Revista Educação e Sociedade, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1153-1178, out. 2007.

LIMA, Marcelo. A educação profissional no governo Dilma: Pronatec, PNE e DCNEMs. RBPAE, v. 28, n.2, p, 495-513, maio/ago, 2012.

MOURA, Dante Henrique; LIMA FILHO, Domingos Leite; SILVA, Mônica Ribeiro. Politecnicidade e educação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. In: Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro: ANPEd, v. 20, n. 63, out./dez. 2015, pág. 1057-1080 Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782015206313>

OLIVEIRA, Ramon. Algumas questões para pensar a educação de nível técnico e a qualificação profissional. In: ZIBAS, Dagmar e al. (orgs.). O ensino médio e a reforma da educação básica. Brasília: Plano, 2002, p. 259-278.

OLIVEIRA, Ramon. O Banco Mundial e a educação profissional. Boletim Técnico do SENAC, Rio de Janeiro, v.27, n.2, pp. 24-33, mai./ago., 2001.

RAMOS, Marise N. Trabalho, Educação e Correntes Pedagógicas no Brasil: um estudo a partir da formação dos trabalhadores técnicos da saúde. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, UFRJ, 2010. pp. 35 a 61.

VIEIRA, Monica et al. Dinâmica da formação técnica e da ocupação de postos de trabalho em saúde: Brasil, anos 2000. In: MOROSINI et al (org.). Trabalhadores técnicos da saúde: aspectos da qualificação profissional no SUS. Rio de Janeiro: EPSJV, 2013.